



BOLETIM DA

aepet

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

Setembro 1990

Crise no Golfo Pérsico

País pagará caro por incompetência e irresponsabilidade

O conflito político-militar no Oriente Médio, que poderá alastrar-se, assumindo proporções extremamente graves, ameaçando o abastecimento nacional de petróleo e obrigando o país a despendar grande volume adicional de divisas, escassas ou inexistentes, deixa evidenciada, de maneira dramática, a irresponsabilidade, a incompetência e a falta de patriotismo com que as autoridades governamentais têm tratado a PETROBRÁS.

Em menos de 30 dias os preços do petróleo saltaram de um patamar entre 16 e 18 dólares para mais de 30 dólares por barril. Para este nível de preços o país terá um gasto adicional de pelo menos US\$ 1,4 bilhão, somente no segundo semestre do corrente ano.

Este dispêndio adicional tornará ainda mais graves, as enormes dificuldades econômicas do país, esmagado sob o pe-

O País poderia enfrentar esse inquietante cenário em posição mais cômoda e segura se as autoridades governamentais tivessem considerado os alertas da sociedade civil.

so de uma dívida externa superior a cem bilhões de dólares.

Os prejuízos serão incalculáveis e inimagináveis caso a escalada militar venha a destruir as instalações para a produção e a exportação de petróleo, no IRAQUE, KUWAIT, ARÁBIA SAUDITA e outros países da região. Alguns analistas chegam a prever preços da ordem de US\$ 70/barril, o que significaria, para o Brasil, dispendiosos adicionais superior-



res a US\$ 15 bilhões, somente com a compra de petróleo.

O País poderia enfrentar este inquietante cenário e as atuais ameaças, em posição muito mais cômoda e segura, se as autoridades governamentais tivessem considerado os alertas e as ponderações de amplos segmentos da sociedade civil e aprovado os planos de trabalho elaborados pelos técnicos da PETROBRÁS e a elas submetidos pela direção da Companhia.

Em 1988, na administração Armando Guedes, a PETROBRÁS submeteu ao Governo Sarney, o PASP — Plano de Ação do Setor Petróleo, que previa uma produção de um milhão de barris/dia, já em 1993. O Governo Sarney, findou melancolicamente em março/90 e simplesmente não se manifestou sobre o PASP.

Setores bem identificados já começam a se articular para jogar sobre a Petrobrás e o monopólio a responsabilidade dos prejuízos do País.

Setores já muito bem identificados, a serviço de poderosos interesses que certamente não são os do povo brasileiro, já começam a articular-se, procurando deturpar os fatos, para jogar sobre a PETROBRÁS e o Monopólio Estatal do Petróleo, a responsabilidade pelos graves prejuízos que poderá ter o país, em decorrência do descaso das autoridades governamentais. A AEPET alerta os seus associados para a necessidade de repudiar estas manobras que, em última análise, integram a campanha de desmoralização da imagem da PETROBRÁS, para privatizá-la, abolindo o Monopólio Estatal.

A cronologia da irresponsabilidade

1 — **Setembro/87:** Em longo telex ao Presidente da República, a AEPET alertava o Chefe do Governo para a necessidade de mudanças na política de aviltamento dos preços dos derivados, que levou a Companhia a um prejuízo de US\$ 1,345 bilhão, no primeiro semestre daquele ano, obrigando-a a reduzir os investimentos em US\$ 500 milhões. No documento, os técnicos denunciavam "A MAIOR VULNERABILIDADE DO PAÍS, QUE NÃO PODE ELEVAR O NÍVEL DOS ESTOQUES DE SEGURANÇA DE PETRÓLEO DEVIDO ÀS DIFICULDADES DE CAIXA DA PETROBRÁS, NO MOMENTO EM QUE O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO NO GOLFO PÉRSICO PODE LEVAR À INTERRUÇÃO DE ALGUMAS LINHAS DE SUPRIMENTO". O corpo técnico da PETROBRÁS comunicava, ainda, ao Presidente da República, a redução da meta de produção de petróleo em 1988, de 740 mil barris/dia para 674 mil barris/dia. O documento da AEPET não mereceu qualquer resposta.

2 — **Janeiro/88:** Novo telex ao Presidente José Sarney, pedindo urgentes providências, tendo em vista o agravamento da situação financeira da Companhia. Também não houve resposta.

3 — **Período maio/outubro/89:** O Presidente da PETROBRÁS, Carlos Sant'Anna, depõe, em seis oportunidades diferentes, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, denunciando a política de preços e subsídios que impõe pesados prejuízos à Companhia.

4 — **Período maio/outubro/89:** O Presidente Carlos Sant'Anna envia, no intervalo de 5 meses, 30 mensagens aos Ministros das Minas e Energia (Vicente Fialho) e da Fazenda (Maílson da Nóbrega), além de várias entrevistas pessoais, apontando os problemas e encarecendo providências. Nessas mensagens e encontros foram acentuadas as causas das perdas de receitas, os riscos para o abastecimento nacional, a impossibilidade de recompor estoques estratégicos, as dificuldades de caixa, a necessidade de eliminar subsídios, além de outras questões.

5 — **Junho/89:** O então presidente da AEPET, Antonio Maciel Neto, em depoimento à Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, no dia 27, denunciou "A MAIOR CRISE FINANCEIRA VIVIDA PELA PETROBRÁS EM TODA A SUA HISTÓRIA" e as suas "GRAVÍSSIMAS CONSEQUÊNCIAS PARA ECONOMIA NACIONAL". Maciel comunicou aos deputados a inviabilização da meta de 700 mil barris/dia em 1989 e das demais metas previstas no PASP (1 milhão de barris/dia em 1993 e 1,5 milhão de barris/dia em 1995). O ex-presidente da AEPET voltou a alertar o Congresso e a Nação para "A MAIOR VULNERABILIDADE DO PAÍS E RISCOS PARA O ABASTECIMENTO NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, DECORRENTES DA REDUÇÃO DE ESTOQUES ESTRATÉGICOS". Na mesma linha, defendendo providências urgentes do Poder Executivo para o saneamento financeiro da PETROBRÁS, depuseram naquela Comissão de Econo-



mia, os presidentes da ABEMI, Eng.º David Fischel, o vice-presidente da AB-DIB, Eng.º Tompson Motta e o presidente da PETROBRÁS, Carlos Sant'Anna.

6 — **Novembro/89:** Instalada no Congresso Nacional por iniciativa da Deputada Abigail Feitosa (PSB-BA), apoiada por 190 parlamentares, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para investigar "a profunda crise financeira e possíveis irregularidades administrativas da Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS), responsabilizando os culpados".

7 — **7 de dezembro de 1989:** O Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Estado do Rio de Janeiro, aprovando, por unanimidade, o parecer do Conselheiro Randolpho Gomes, condenou a política de preços e subsídios que lesava a PETROBRÁS. No seu parecer o Conselheiro afirma: "Sem dúvida, tal modo de administrar a coisa pública afronta o preceito constitucional do monopólio em prol do desenvolvimento econômico do País, além de infringir normas legais ordinárias e regulamentos de que servem de exemplo o artigo 2 do decreto-lei 395 de 29/04/38; o decreto-lei 61 de 21/11/66; o decreto-lei 1785 de 13/05/80 e a portaria CNP-DIFIN 181/83. Todos estes dispositivos estão sendo literalmente desrespeitados".

8 — **Dezembro/89:** No dia 07, o eng.º Ricardo Maranhão, Diretor de Comunicações da AEPET, entrega ao Deputado Fernando Gasparian, presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, uma **Representação**, fundada no artigo 58 da Constituição-Federal, na qual dezenas de entidades da sociedade civil denunciam "A POLÍTICA SUICIDA DE SUCATEAMENTO E INVIABILIZAÇÃO DE SEGMENTOS VITAIS PARA A ECONOMIA DO PAÍS, COMO É, SEM POSSIBILIDADE DE DÚVIDAS, A PETROBRÁS". Mais adiante as entidades civis afirmam que: "No instante em

que, após décadas de sacrifícios, se vislumbra a auto-suficiência na produção interna de petróleo, com reflexos em seu posicionamento internacional na contingência em que cada vez mais necessita o país ter em suas mãos o domínio sobre os setores básicos da sua economia, chega a ser **estranhadora e inacreditável** a continuação de uma política que, além de *tornar Letra Morta os princípios básicos da Constituição e descumprir a legislação vigente, levará à total inviabilidade das empresas como a PETROBRÁS*".

9 — **Dezembro/89:** Também no dia 07, a AEPET em audiência com o Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União — TCU, Alberto Hoffmann, entrega denúncia, firmada por dezenas de entidades e 27 parlamentares, apontando "irregularidades e ilegalidades que, ameaçando inviabilizar financeiramente a PETROBRÁS, transformarão em letra morta o princípio constitucional do monopólio estatal do petróleo".

10 — **Dezembro/89:** O Tribunal de Contas da União — TCU, aprova o parecer do Ministro Adhemar Ghisi, recomendando a diversos Ministérios que adotem providências junto a órgãos vinculados, para a liquidação dos débitos governamentais com a PETROBRÁS. A decisão do TCU tem grande repercussão, merecendo manchete de primeira página do Jornal do Brasil do dia 26/01/90.

Até o momento, decorridos mais de 8 meses, nada foi feito para liquidação dos débitos.

11 — **20/06/90:** O Tribunal de Contas da União, aprova, por unanimidade, o parecer do Ministro Marcos Vilaça, determinando a realização de uma auditoria operacional na PETROBRÁS; com o objetivo de aprofundar a análise das causas da crise financeira da Companhia. O Ministro Vilaça, relator do Processo 013351-89-3, originado das denúncias da AEPET, sociedade civil e parlamentares considerou "procedente a **Representação** dos engenheiros da PETROBRÁS". O assunto teve enorme repercussão na imprensa.

Conflito no Golfo agrava crise da Petrobrás

Não é novidade para ninguém que o conflito político-militar no Golfo Pérsico resultará em consequências desfavoráveis para a economia nacional. Afinal, o País importa mais de 600 mil barris diários de petróleo. Entretanto poucos se deram conta da dimensão deste prejuízo para a Petrobrás, em particular. Confira as informações abaixo.

1. A estrutura de preços vigente, desde 31.08.90, estabelece uma remuneração para a PETROBRÁS, de US\$ 18,17 por barril importado.
2. Os órgãos especializados da Companhia estimam que a PETROBRÁS comprará petróleo, em setembro, por um preço médio de US\$ 27,80/barril.
3. Assim, para uma importação da ordem de 630.000 barris/dia, a PETROBRÁS tem um prejuízo de cerca de US\$ 182 milhões mensais apenas com a compra de petróleo no exterior. Este prejuízo

elevará o débito do Departamento Nacional de Combustíveis — DNC com a PETROBRÁS para cerca de US\$ 1,2 bilhão em dezembro/90. Atualmente este débito está em US\$ 424 milhões. (CONTA PETRÓLEO).

4. O subsídio à NAFTA PETROQUÍMICA também aumentou. Após o reajuste de 31.08.90, da ordem de 35%, o preço da nafta, praticado pela PETROBRÁS, passou para US\$ 150,00/tonelada. Como o preço internacional, praticado no mercado de ROTERDAN é de US\$ 280,00/tonelada, a PETROBRÁS tem uma perda de receita da ordem de US\$ 780 milhões/ano.

5. Os débitos governamentais, no montante de US\$ 1,468 bilhão, em 31.08.90, permanecem sem solução e tendem a aumentar, rapidamente, em decorrência da defasagem dos preços.

6. A Companhia deve aproximadamente US\$ 598 milhões ao Governo, sendo US\$ 558 milhões ao FND — Fundo Nacional de Desenvolvimento e US\$ 40 milhões ao Fundo de Marinha Mercante. Essa dívida somente poderá ser liquidada após a regularização dos débitos do Governo.

7. Os prejuízos com a CONTA-ALCOOL situam-se em US\$ 150 milhões (31.08.90).

8. O Tribunal de Contas da União — TCU iniciou a auditoria operacional na PETROBRÁS, aprovada em 20.06.90, conforme parecer do Ministro Marcos Vilaça. Estamos acompanhando os trabalhos.

9. A Ministra da Economia, ZÉLIA CARDOSO DE MELLO deverá depor, em 19.09.90, na Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que investiga a crise financeira da PETROBRÁS. A AEPET estará presente ao depoimento, assessorando os parlamentares.

10. A situação financeira da PETROBRÁS é extremamente grave. A Companhia poderá ficar sem recursos para a compra de petróleo, no exterior, nos próximos meses, caso a política de preços e subsídios que a está asfixiando não seja modificada.

Diante deste quadro extremamente negativo para a Petrobrás, estamos estudando procedimentos judiciais para forçar as autoridades da área econômica a alterar esta política, insensata e impatriótica.

Rápidas

Auditoria na Petrobrás

O Tribunal de Contas da União iniciou no dia 3 de setembro uma auditoria na Petrobrás para investigar os motivos que levaram a Companhia a uma crise financeira. A auditoria foi decidida após o ministro Marcos Vinícius Vilaça julgar procedentes as denúncias encaminhadas ao TCU pela AEPET, segundo as quais as dificuldades financeiras da Companhia foram provocadas pela política econômica imposta pelo Governo federal.



Em defesa da Petrobrás

Está em pleno vapor a Campanha em Defesa da Petrobrás. Encontram-se à venda na sede da AEPET camisetas e adesivos com o tema: "A Petrobrás é Você. Competência Comprovada." Compre e divulgue.

CPI prorrogada

O deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ) acatou a solicitação da AEPET e conseguiu que fosse prorrogado o prazo para a apresentação das conclusões da CPI do Congresso Nacional que investiga a crise financeira da Petrobrás. Agora a CPI tem até o dia 22 de outubro para dar seu parecer sobre as causas que levaram a Companhia a enfrentar a maior crise financeira de sua história.



Opinião

NEO-PROÁLCOOL?

Uma economia neo-liberal — como é hoje a nossa — tem o princípio da competitividade e lucratividade como axiomático. O emprego do álcool hidratado como combustível automotor, ao longo de mais de dez anos, não atendeu a este princípio e nem sequer se mostrou estratégico pois move apenas veículos de uso individual. Entretanto, graças às benesses iniciais, a produção atingiu um patamar significativo por volta de 1985. A partir daí, cessando o dinheiro fácil, contudo o preço, para não acelerar a inflação e havendo elevação da cotação internacional do açúcar, a oferta de álcool carburante estagnou e, paradoxalmente, a montagem de carros a álcool aumentou proporcionalmente aos da gasolina. Daí a crise do álcool que levou o país a ter de importar metanol para manter a frota abastecida. Os consumidores passaram a fugir do carro a álcool e as montadoras tiveram de voltar a privilegiar os automóveis a gasolina nas suas linhas de produção. Hoje ainda se importa metanol mas o abastecimento está sob controle e das fábricas saem apenas uns 5% de carros a álcool que repõem os que dão baixa. Caminhamos, assim, para o reequilíbrio.

Entretanto surge uma situação de conflito no Oriente Médio que, de novo, assusta como "bicho-papão" mas que, como as histórias da carochinha, não tira o sono de ninguém, pela simples razão que o maior importador de petróleo do mundo — os EUA — não podem arriscar a ver bombardeados os campos petrolíferos do maior exportador de petróleo do mundo: a Arábia Saudita. Cabe ainda

lembrar que a guerra Irã X Iraque, que durou oito anos, não causou nenhuma falta de petróleo ao mundo; apenas foi motivo de elevação de preço para novo patamar.

Aqui, no Brasil, o exmo. sr. Presidente da República fala em reativar o PROÁLCOOL, como se tal fosse uma solução para um hipotético problema. Cabe, então, cogitar como isso se daria de acordo com o axioma já mencionado? Vamos alinhar algumas considerações neste sentido, ou seja, discutir o papel do álcool como combustível na matriz energética nacional. Todos sabem que, aqui, obtém-se o álcool a partir da cana-de-açúcar que é matéria-prima para a produção de açúcar, alimento ao qual a humanidade está literalmente viciada (há até quem afirme que a dependência do açúcar é semelhante à da cocaína). O açúcar é, há séculos, valiosa mercadoria no comércio internacional ao ponto de países se dedicarem ao cultivo da cana quase como monocultura. Para proteger a agro-indústria açucareira do Brasil o governo criou uma lei, na década de 30, determinando a adição à gasolina de álcool produzido quando houvesse excedente de cana, face à queda de preço internacional para o açúcar. Essa adição veio a ser aumentada e tornada permanente na primeira fase do PROÁLCOOL (1975-1979) chegando a corresponder a 22% do volume de gasolina. Até aí tínhamos uma situação de máxima flexibilidade: só havia um motor do ciclo Otto em qualquer carro e, portanto, só uma "gasolina", aditivada com álcool, cujo teor

poderia ser aumentado ou diminuído, conforme as necessidades, como, aliás, o foi. Havia economicidade pois o álcool era vendido como gasolina. A distorção foi a "invenção" do carro a álcool hidratado, que, para ser aceito, levou a adoção de um preço de venda do álcool abaixo do custo final, inferior ao da gasolina, arbitrariamente e contra o famoso axioma. A correção, sem prejuízo para o consumidor — que, infelizmente, só neste caso é considerado sagrado — é, obviamente, o fim da fabricação de carros a álcool, garantindo-se o abastecimento de álcool para a frota existente, até sua natural e lenta extinção. Este caminho, como vimos, começava a ser percorrido, sem prejuízo de ninguém, até o mês passado (ago/90). A cana destinar-se-á prioritariamente à fabricação de açúcar que, exportado, gerará as divisas de que tanto precisamos. (É bom lembrar que os maiores produtores mundiais de cana-de-açúcar — Austrália e Cuba — só a utilizam para produzir açúcar e rum. Com a venda de um barril de rum Cuba importa mais de três de petróleo). Conservar-se-á a adição de álcool anidro à gasolina, de forma vantajosamente econômica tanto para os produtores de álcool, que manterão um mercado de até 25% do da gasolina, como para o produtor da gasolina e como, ainda, para o consumidor que terá um combustível de boa octanagem e baixa poluição.

Fora disso, voltar a aumentar a frota de carros a álcool quando sequer temos álcool para mover os atuais veículos a álcool, e ainda sobre gasolina (que nunca faltou nem faltará), mantendo o preço do álcool na bomba abaixo do da gasolina, com prejuízo para toda a sociedade, bem, isso seria uma insensatez e incoerência com os bons princípios do capitalismo que, sinceramente, não acredito aconteça de novo.

Roldão Simas Filho

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS

Sede: Rua Senador Dantas, 75/1801 - Centro CEP: 20031

Tel.: 2204774

Telex.: (21) 40167

CGC.: 34.131.870/0001-11

Insc. Munic.: 428.078-00

DIRETORIA EXECUTIVA

Diomedes Cesarino da Silva
Presidente
CENPES/DIPROM
Tels.: Trab. 598-6242 - 598-6226

Fernando Leite Siqueira
Vice-Presidente
DEPRO/DENGE
Tels.: Trab. 534-2550 - 534-1175

Alexandre Guilherme de O. Silva
Diretor de Patrimônio
SEGEN/EMPRESA-SUL
Tels.: Trab. 566-5745 - 566-5873

Hildebrando J.C. Gonsales
Vice-Diretor de Patrimônio
Petroquisa/Petrorio
Tel.: Trab. 242-8081

Heitor Manoel Pereira
Diretor de Pessoal
Av. Almirante Barroso, 6 CEP: 20031
Tels.: Trab. 534-1944 - 262-0871

Carlos Soligo Camerini
Vice-Diretor de Pessoal
CENPES/Diplot/SEMEO
Tel. Trab.: 598-6526

Ricardo Moura de A. Maranhão
Diretor de Comunicações
Segen/Diplac/Seplan
Tel.: Trab. 566-5896

Felipe Leiter e Antunes
Vice-Diretor de Comunicações
Detran/Denge/Sevro
Tel.: Trab. 534-4477 R.: 4851

Marco Aurelio Latge
Diretor Cultural
Depex/Semepo
Tels.: Trab. 534-1338 - 534-1341

Marcia Amaral Estevão dos Santos
Vice-Diretor Cultural
CENPES/DIPROD/SECOPE
Tels.: Trab. 598-6734 - 598-6730

CONSELHO FISCAL

Argemiro Pertence Neto
Membro do Conselho Fiscal

SERMAT/DICOMP-I/SECON-I
Tels.: Trab.: 534-1711 - 534-1712

Sydnei Reis Santos
Membro do Conselho Fiscal
SEPROD/PESOP/SEARO
Tels.: Trab.: 534-2757 - 534-4804

Edson Luiz Megale Vale
Membro do Conselho Fiscal
Deper/Denge/Senav
Tels.: Trab.: 534-4467 - 534-2343

Hildo Francisco Henz
Membro do Conselho Fiscal
Depin/Direp/Secra
Tel.: Trab.: 534-2063

Carlos Augusto D. Brandão
Membro do Conselho Fiscal
Av. Rui Barbosa, 636/1004 -
CEP: 22250
Tels.: Trab. 534-2256 - 534-2254
Tel.: Res.: 551-7967

Rosalinda Chedian Pimentel
Membro do Conselho Fiscal
Serplan/Diplot/Secen
Tels.: Trab.: 534-2135 - 534-2134

Boletim da AEPET
Jornalista Responsável: Teresa
Garcia
Mtb. 16319

RAMA ARTES GRÁFICAS
Rua Evaristo da Veiga, 16/S-504
20031 - Centro - RJ - 262-9906